

PREGÃO PRESENCIAL N.º 060/2020 PROCESSO N.º 207/2020

PREÂMBULO

- (a) **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de refeição para Ceia de Natal e Ano Novo, para atender as necessidades das unidades de saúde **UPA Leste** Unidade de Pronto Atendimento Dro Luís Atílio Losi Viana, **UBDS Central** Dr. João Baptista Quartin, **UPA Norte** Unidade de Pronto Atendimento Nelson Mandela, **UPA Oeste** Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e **HMFA** Hospital Municipal Francisco de Assis, conforme especificações e quantidade detalhadas no termo de referência.
- (b) Sessão de abertura e julgamento das propostas: Data: **07/12/2020 | Horário: 14h30 |** Local: Rua Tamandaré, n. 434 | Campos Elíseos | Ribeirão Preto/SP | CEP: 14.085-070 Departamento de Compras e Contratações.
- (c) Execução do contrato: imediata.
- (d) **Regime de execução:** empreitada por preço global.
- (e) **Pagamento:** Mensal, até o 7º (sétimo) dia, após a prestação dos serviços objeto da licitação, entregues durante o mês de referência.
- (f) **Prazo:** 30 (trinta) dias.
- (q) Critério de Julgamento: Menor Preço.
- (h) **Valor global estimado:** R\$ 35.991,00 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais).
- (i) Forma de adjudicação: valor por item.
- (j) **Benefício Aplicável Às ME E EPP:** Sim, art. 48, I da LC nº. 123/2006.
- (k) **Referência De Tempo:** para todas as referências de tempo observam o horário de Brasília DF.

A FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA - FHSL torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que, na data, horário e local assinalados, realizará Licitação, na modalidade de **PRESENCIAL**, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP que tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de refeição para Ceia de Natal e Ano Novo, para atender as necessidades das unidades de saúde UPA Leste - Unidade de Pronto Atendimento Dro Luís Atílio Losi Viana, **UBDS Central** - Dr. João Baptista Quartin, UPA Norte - Unidade de Pronto Atendimento Nelson Mandela, UPA Oeste - Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e HMFA -Hospital Municipal Francisco de Assis, conforme especificações e condições



constantes no presente edital e seus anexos, em conformidade com as disposições deste Edital e respectivos anexos que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993, com as alterações posteriores e da Lei Complementar Municipal n.º 2.415/ 2010, bem como o regulamento de contratação da entidade.

O Edital estará à disposição dos interessados, no Departamento de Compras, sito à Rua Tamandaré, 434, Campos Elíseos, das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira e na Internet no sítio eletrônico da entidade: http://www.hospitalsantalydia.com.br

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no horário e endereço mencionados na alínea "b" deste preâmbulo, quando da sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar da licitação.

A sessão de processamento do pregão será realizada na sala do Departamento de Compras, situada à Rua Tamandaré, n.º 434, Campos Elíseos, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, iniciando-se no dia **07.12.2020 às 14h30** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe.

A despesa total estimada é de **R\$ 35.991,00 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais)**, cujo pagamento será dará em parcela única até 07 (sete) dias após a prestação dos serviços objeto da licitação, mediante a emissão da respectiva nota fiscal atestada pelo responsável de cada unidade de saúde, conforme previsto no Termo de Referência.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

1 - DO OBJETO

1.1 Constitui-se objeto da presente licitação o objeto descrito na alínea "a" do preâmbulo, conforme especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto desta licitação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, vedada a participação de empresas:
 - (a) declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - (b) estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, na forma do inciso III, do art. 87, da Lei n.º 8.666/1993;
 - (c) sob processo de concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
 - (d) cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão; e



- (e) que tenham sido penalizadas por prática de qualquer dos atos previstos no art. 7° da Lei Federal n.º 10.520/2002; e
- (f) as empresas que não se enquadrem como microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, exceto no caso de não haver licitantes ME, MEI e EPP, quando esta será julgada fracassada ou deserta e reaberta com ampla participação a todos os licitantes e devidamente credenciados.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O Representante da licitante deverá apresentar-se para o credenciamento munido de documento de identidade civil com foto, na data e horário estipulados na alínea "b" do preâmbulo deste edital para a realização da sessão.
- 3.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - (a) **tratando-se de representante legal** do empresário individual, o instrumento de registro empresarial registrado na Junta Comercial; da sociedade empresária, o estatuto social ou contrato social registrado na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade não empresária, ato constitutivo atualizado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
 - (b) **tratando-se de procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, com reconhecimento do outorgante, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 3.2.1 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
- 3.3 No credenciamento também serão exigidas as seguintes declarações:
 - (a) **TERMO DE CREDENCIAMENTO** devidamente preenchido conforme modelo constante do **ANEXO III**;
 - (b) **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, conforme modelo constante no **ANEXO IV**;
 - (c) **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme modelo estabelecido no **ANEXO VI** do Edital.
 - (c.1) A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito.
 - (c.2) A **PROVA DE CONDIÇÃO DE ME/EPP** deverá ser feita por meio de <u>declaração firmada pelo representante legal da empresa e por</u>



<u>prova documental</u> <u>mediante apresentação de certidão da Junta Comercial, ou</u> qualquer outro documento hábil a comprovar a referida condição.

- 3.4 Os documentos necessários para o Credenciamento, listados nos itens 3.1 a 3.3 deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio em até 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de abertura da sessão.
- 3.5 Os documentos relacionados nos subitens **3.2 e 3.3 deverão ser apresentados <u>FORA</u> dos Envelopes n.º 1** (Proposta) e **n.º 2** (Habilitação).
- 3.6 A ausência de credenciamento implica na impossibilidade de prática de atos na sessão pública, em especial dar lance e interpor recurso.
- 3.7 Os documentos apresentados para o Credenciamento, estão dispensados de serem apresentados na Habilitação.

4 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis (lacrados), contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PROCESSO N° 207/2020

PROCESSO N° 207/2020

- 4.2 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa devidamente digitada ou datilografada e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 4.3 Os documentos necessários à habilitação e credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 4.4 Em caso de autenticação dos documentos pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, os mesmos deverão ser apresentados conforme o item 4.3, e em até 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de abertura da sessão.
- 4.4.1 Nenhum documento será autenticado durante as sessões de licitação.



5 - DO CONTEÚDO DO "ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA"

- 5.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - (a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
 - (b) número do processo e número do Pregão;
 - (c) descrição do objeto da presente licitação com a indicação dos serviços prestados, em conformidade com as especificações do folheto descritivo Anexo I deste Edital;
 - (d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
 - (e) dados da conta bancária, constando o nome do banco, a agência e o número da respectiva conta;
 - (f) os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor proposto corresponder à unidade solicitada;
- 5.2 Nos preços propostos para o fornecimento dos produtos e serviços deverão estar inclusos todos e quaisquer encargos inerentes à entrega do objeto da licitação, na conformidade das exigências consignadas no edital, tais como tributos, gastos com entrega e todos e quaisquer outros encargos que incidem ou venham a incidir sobre os respectivos preços, de tal sorte que o preço proposto será a única e integral remuneração a ser paga em contraprestação ao fornecimento integral do objeto da presente licitação.
- 5.3 Os produtos ou serviços cotados deverão se enquadrar nas normas oficiais, visando assegurar a qualidade dos mesmos.
- 5.4 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País.
- 5.5 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, conforme previsto neste Edital.
- 5.6 A empresa deverá colocar o preço mensal e o preço anual, porém, o menor valor considerado para julgamento observará a forma de adjudicação, conforme indicado no preâmbulo deste Edital: valor global.
- 5.7 O menor valor considerado para julgamento observará a forma de adjudicação, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.
- 5.8 A empresa não deverá cotar valor superior ao estimado anual para contratação, sob pena de desclassificação da proposta.
- 5.9 Ao final deverá conter data, assinatura e identificação do responsável pela elaboração da proposta.

6 – DO CONTEÚDO DO "ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 No "ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", deverão ser apresentados os documentos a seguir discriminados, em original, por qualquer cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda, extraído via internet, sujeitos à consulta.



- 6.2 Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.
- 6.3 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:
 - (a) Para Empresário Individual: Registro comercial.
 - (b) Para Sociedade Empresária: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados.
 - (c) No caso de Sociedade por Ações (Sociedade empresária do tipo S/A): O ato constitutivo e alterações subsequentes, devendo vir acompanhados de documentos de eleição de seus administradores em exercício.
 - (d) Para sociedade simples ou cooperativa: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 6.4 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:
 - (a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em vigor;
 - (b) Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual** ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - (c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal (Certidão conjunta de Débitos relativos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União)** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, com prazos de validade em vigor;
 - (d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado e Certidão de Débitos Tributários não inscritos) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, com prazos de validade em vigor;
 - (e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos do Município)** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, com prazos de validade em vigor;
 - (f) Prova de regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
 - (g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (**CNDT**).
- 6.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mesmo que esta



apresente alguma restrição, ou seja, que as informações disponíveis são insuficientes para emissão da certidão via internet.

- 6.4.2 Havendo alguma restrição na <u>comprovação da regularidade fiscal e trabalhista</u> das licitantes enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a empresa ser declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério desta Fundação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.4.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 6.4.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei n.º 10.520/2002.
- 6.5 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
 - (a) **Certidão negativa recuperação judicial ou de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não constando do documento o prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.
- 6.6 Os interessados deverão comprovar ainda, por meio de **declaração que cumprem o disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal** e na forma da Lei 9.854/1999, conforme modelo **ANEXO V**.
- 6.7 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, Fundação aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 6.8 O CNPJ constante da proposta deverá ser o mesmo dos documentos de habilitação, salvo os que são comuns para matriz e filial, e o mesmo constante das notas fiscais de entrega dos produtos.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 7.2 Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, o **ENVELOPE Nº 01** contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** e o **ENVELOPE Nº 02** contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.
- 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS, sendo desclassificadas as propostas:
 - (a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - (b) que apresentem preços ou vantagens baseadas em proposta das demais licitantes;
 - (c) que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste edital:



- (d) que superem o preço estimado fixado no edital para o objeto da contratação.
- 7.4 No tocante aos preços as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando--se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.5 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - (a) seleção da proposta de menor preço ofertado e as demais com preços até 10% superior àquela;
 - (b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.6 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.7 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.8 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, devendo ser definidos na sessão de abertura do presente pregão.
- 7.9 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.10 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, conforme disposto no item 7.5, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.11 Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4.º, inciso XXIII, da Lei n.º 10.520/2002, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem em situação de empate; Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.
- 7.12 Após a fase de lances serão classificadas na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item. 7.4 e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando--se para estas, o último preço ofertado.
- 7.13 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando--se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.



- 7.14 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.15 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço global, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.16 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.17 Considerada aceitável a oferta de menor preço global, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.18 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.19 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.210A Fundação Hospital Santa Lydia FHSL não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.21 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certam, devendo protocolar no Departamento de Compras, localizado na Rua Tamandaré, 434, Campos Elíseos, Ribeirão Preto/SP, no prazo de até 48 horas nova proposta com o(s) devido(s) valor(es) do(s) lance(s) arrematado(s).
- 7.22 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.23 Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando--se ata a respeito.

8 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 O pregoeiro adjudicará o objeto ao primeiro classificado, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.
- 8.2 Proclamada a vencedora, qualquer licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais devidamente protocolizados junto ao pregoeiro, ficando as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.3 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 8.4 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, e ensejará a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do procedimento de licitação à autoridade competente para a homologação.
- 8.5 Interposto recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.7 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização do Contrato.
- 8.8 Não serão aceitos recursos efetivados através de ligação telefônica ou verbal, devendo obrigatoriamente serem protocolizados, em ORIGINAL ou através de CÓPIA AUTENTICADA, dirigidos ao Coordenador do Departamento de Compras e Contratações, na Fundação Hospital Santa Lydia, informando o número do PREGÃO em tela.
- 8.9 Não serão aceitos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pelo licitante.
- 8.10 A adjudicação será feita pelo valor global, por ser a forma mais adequada para preservar a necessidade da entidade e favorecer a economia de escala, conforme justificação da autoridade administrativa.
- 8.11 O resultado final do Pregão será divulgado no Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto, facultada a sua divulgação na internet.

9 – DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 A Fundação Hospital Santa Lydia FHSL, após a devida adjudicação do objeto pela autoridade superior da Administração, nos termos e para efeitos do art. 64 da Lei n.º 8.666/1993, convocará a adjudicatária para assinar o Termo de Contrato, conforme minuta contratual constante no ANEXO II, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993 e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta adjudicada.
- 9.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o "Termo de Contrato", no prazo e condições estabelecidas, conforme disposto no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades a que se refere a Lei Federal n.º 8.666/1993 e indicada no presente edital.
- 9.3 Na hipótese da adjudicatária se recusar a assinar o contrato, a Fundação Hospital Santa Lydia FHSL procederá a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido ao disposto no inciso XVI do art. 4.º da Lei Federal n.º 10.520/2002.
- 9.4 A Contratada ficará obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto adjudicado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- 9.5 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o Setor de Licitações do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.6 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 9.7 O contrato regular-se-á, em suas cláusulas, pelos preceitos do direito público e pelo disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993, aplicando-se subsidiariamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10 - DAS MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1 A Fundação Hospital Santa Lydia FHSL efetuará o pagamento em parcela única, de acordo com os serviços efetivamente realizados, devendo a Contratada emitir uma Nota Fiscal Eletrônica referente a cada Unidade Externa de Saúde, que deverá ser devidamente comprovados e atestados pelo Gestor de cada Unidade do objeto desta licitação, devendo ser pagas, por ordem bancária até no 7º (sétimo) dia, após a sua emissão.
- 10.2 Identificada irregularidade no cumprimento do objeto do contrato o pagamento poderá ser suspenso até que ocorra a regularização dessa situação, independente da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

11 - DAS SANÇÕES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-- se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema Unificado de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/1002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta.

12 - DO CUSTEIO

- 12.1 As despesas decorrentes com a prestação de serviços para as Unidades Externas de Saúde correrão por conta dos recursos oriundos dos seguintes Contratos de Gestão nºs 01/2018, 02/2018, 01/2020 e 02/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através desta Secretaria da Saúde, e a Fundação Hospital Santa Lydia.
- 12.2 O valor estimado ou preço de referência para a contratação está indicado no preâmbulo este Edital e no Anexo I Termo de Referência e Descrição do Objeto, levando em conta um valor estimado, em conformidade com



estimativa/justificativa de preços constante do processo administrativo, do qual se originou o presente certame.

12.3 O preço máximo, definido no preâmbulo, é o limite admitido para fins de registros e consequente contratação/aquisição.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.2 Os atos e o resultado do presente certame serão divulgados na imprensa oficial do Município, salvo em se tratando de contratação de grande vulto, quando será ainda publicado na imprensa oficial do Estado.
- 13.3 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Compras, na Rua Tamandaré, n.º 434 Campos Elíseos, após a homologação do certame.
- 13.4 A apresentação de pedido(s) de esclarecimento(s) e impugnação(ões) deverá(ão) ser devidamente protocolizados no Departamento de Compras e Contratações da Fundação Hospital Santa Lydia FHSL, situada na Rua Tamandaré, nº 434 Campos Elíseos, Ribeirão Preto, nos dias úteis, das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 16h30, observando o prazo previsto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- 13.4.1 Não serão reconhecidas como válido(s) esclarecimento(s) e impugnação(ões) apresentado(s) via fax, correios, e-mail ou apresentado(s) por qualquer outro meio que não através de regular protocolo junto ao Departamento Compras e Contratações.
- 13.5 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 13.6 Fica assegurado a Fundação Hospital Santa Lydia FHSL o direito de, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 13.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 13.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluirse-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na entidade adjudicante.
- 13.9 As empresas que retirarem o edital por meio eletrônico serão responsáveis pelo envio do aviso de recebimento ao Pregoeiro. Se não enviado este aviso, a empresa poderá não ser notificada sobre eventuais alterações do presente edital ou informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 13.10 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.



- 13.11 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 13.12 Integram o presente Edital os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Ribeirão Preto, 24 de novembro de 2020.

Marcelo César Carboneri | CPF/MF: 362.019.658-31

Diretor Administrativo



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de refeição **para Ceia de Natal e Ano novo**, para atender as necessidades das unidades de saúde **UPA Leste** - Unidade de Pronto Atendimento - Dr^o Luis Atilio Losi Viana, **UBDS Central -** DR. João Baptista Quartin, **UPA Norte** - Unidade Nelson Mandela, **UPA Oeste** - Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e **HMFA** - Hospital Municipal Francisco de Assis, conforme especificações e quantidades detalhadas em planilha anexa.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Devido as festividades de final de ano, se faz necessário o fornecimento de refeições do tipo ceia de Natal e ceia de ano novo, destinadas aos colaboradores das Unidades de Saúde.

3. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. As propostas deverão conter especificações detalhadas que permitam perfeita análise e aceitação.

4.DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Fornecimento de **refeição noturna**, na véspera do Natal 24/12/2020 e véspera do Ano Novo 31/12/2020, sendo:
- 4.2. Refeições Coletivas: transportadas e acondicionadas de acordo com a Vigilância Sanitária;
- 4.3. 01 (uma) bebida de aproximadamente 300ml suficientes para o número de pessoas em cada Unidade de Saúde, conforme cardápio;
- 4.4. Sobremesas suficientes para o número de pessoas em cada Unidade de Saúde, conforme cardápio;
- 4.5. Frutas suficientes para enfeitar as mesas e para o consumo das pessoas em cada Unidade de Saúde, conforme cardápio;
- 4.6. Serviço incluído: montagem de mesas em bandejas de inox, pratos de louças e talheres de metais suficientes para o número de pessoas em cada Unidade de Saúde, bandejas de louça e/ou réchaud, obedecendo ao seguinte cardápio:



- 4.6.1. Data: 24/12/2020 **Prato base:** Arroz com amêndoa laminada. **Massa:** Nhoque de batata com molho ao sugo. **Prato Principal:** pernil assado, Maminha assada com manteiga e alho. **Acompanhamento:** Farofa agridoce (farinha de mandioca torrada, uva passa escura, cenoura, salsa e cebolinha). **Salada:** salpicão de frango. **Sobremesa:** Pudim de leite condensado (90g). **Frutas:** Frutas da época (uva, ameixa, pêssego, manga, melancia, nectarina e abacaxi). **Bebida:** Suco de uva integral sem adição de açúcar e suco de laranja natural sem adição de açúcar;
- 4.6.2. Data: 31/12/2020 **Prato base:** Arroz com nozes. **Massa:** Sofiatelli de 4 queijos (prato, muçarela, ricota e gorgonzola). **Prato principal:** Peru assado, Lagarto recheado ao molho madeira com champignon. **Acompanhamento:** Legumes sauteé (batata, brócolis e cenoura. **Salada:** Repolho fatiado, abacaxi, nozes e salsinha. **Sobremesa:** Brigadeiro de colher (50g). **Frutas:** Frutas da época (uva, ameixa, pêssego, manga, melancia, nectarina e abacaxi). **Bebida:** Suco de uva integral sem adição de açúcar e suco de laranja natural sem adição de açúcar.

5. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA / RECEBIMENTO DEFINITIVO E PROVISÓRIO

- 5.1. Os alimentos deverão ser entregues nas unidades de saúde **UPA Leste** Unidade de Pronto Atendimento Drº Luis Atilio Losi Viana, **UBDS Central** DR. João Baptista Quartin, **UPA Norte** Unidade Nelson Mandela, **UPA Oeste** Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e **HMFA** Hospital Municipal Francisco de Assis, na cidade de Ribeirão Preto/SP;
- 5.2. A empresa deverá entregar as refeições coletivas, e, realizar as montagens das mesas das refeições coletivas às **22:00 horas** em cada Unidade de Saúde;
- 5.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, **inclusive frete**, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos alimentos até as dependências das unidades de saúde UPA Leste Unidade de Pronto Atendimento Drº Luis Atilio Losi Viana, UBDS Central DR. João Baptista Quartin, UPA Norte Unidade Nelson Mandela, UPA Oeste Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e HMFA Hospital Municipal Francisco de Assis é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo as Unidades de Saúde responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
- 5.4. O transporte deverá ser realizado em automóvel baú térmico (carroceria tipo baú), com temperatura de acordo com a legislação



vigente, de forma que os produtos cheguem na temperatura correta e que fiquem protegidos de chuvas, pó, fagulhas etc.;

5.4.1 Os alimentos expostos para o consumo imediato devem obedecer aos critérios de tempos x temperaturas, apresentados abaixo. Os alimentos que não observarem esses critérios devem ser desprezados.

Congelados		 -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor, ou conforme recomendação do fabricante
	Pescados	de 2 a 3 °C (dois a três graus Celsius) ou conforme recomendação do estabelecimento produtor
Refrigerados	Carnes	de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius) ou conforme recomendação do frigorífico produtor
	Demais produtos	de 4 a 10 °C (quatro a dez graus Celsius) ou conforme recomendação do fabricante

5.5. O objeto dessa licitação será recebido, pela enfermeira chefe de plantão de cada Unidade de Saúde, após conferência e critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura dela no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;

5.6. Locais de entrega das refeições:

5.6.1. Unidades de Saúde em horário especial – refeição noturna- ceia de NATAL **24/12/2020**.

UNIDADE	ENDEREÇO	NÚMERO DE PESSOAS	VALOR ESTIMADO POR REFEIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
UPA Drº Luis Atilio Losi Viana (UPA LESTE)	Avenida Treze de maio, 353, Jardim Paulistano, CEP 14090- 270, Ribeirão Preto/SP.	50	R\$ 96,25	R\$ 4.812,50
UBDS Dr. João Baptista Quartin (UBDS CENTRAL)	Avenida Jerônimo Gonçalves, 466, Centro, CEP 14010-040, Ribeirão Preto/SP	50	R\$ 96,25	R\$ 4.812,50
Unidade Nelson Mandela - (UPA NORTE)	Avenida General Euclydes de Figueiredo nº 295 Adelino Simione, CEP 14071-140	50	R\$ 96,25	R\$ 4.812,50
HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS	Rua Luiz Zaccaro, 53 - Solar Boa Vista, Ribeirão Preto - SP, CEP 14030-655	18	R\$ 96,25	R\$ 1.732,50
UPA OESTE Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José	Rua Terezina, 678, Sumarezinho, CEP 14055-380, Ribeirão Preto/SP	18	R\$ 96,25	R\$ 1.732,50

Página 16 de 30 FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA



Carneiro			
	TOTAL: 186	R\$ 96,25	R\$ 17.902,50

5.6.2. Unidades de Saúde em horário especial – refeição noturna- ceia de ANO NOVO **31/12/2020**.

UNIDADE	ENDEREÇO	NÚMERO DE PESSOAS	VALOR ESTIMADO POR REFEIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
UPA Drº Luis Atilio Losi Viana (UPA LESTE)	Avenida Treze de maio, 353, Jardim Paulistano, CEP 14090-270, Ribeirão Preto/SP.	50	R\$ 97,25	R\$ 4.862,50
UBDS Dr. João Baptista Quartin (UBDS CENTRAL)	Avenida Jerônimo Gonçalves, 466, Centro, CEP 14010-040, Ribeirão Preto/SP	50	R\$ 97,25	R\$ 4.862,50
Unidade Nelson Mandela - (UPA NORTE)	Avenida General Euclydes de Figueiredo nº 295 Adelino Simione, CEP 14071-140	50	R\$ 97,25	R\$ 4.862,50
HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS	Rua Luiz Zaccaro, 53 - Solar Boa Vista, Ribeirão Preto - SP, CEP 14030-655	18	R\$ 97,25	R\$ 1.750,50
UPA OESTE Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro	Rua Terezina, 678, Sumarezinho, CEP 14055-380, Ribeirão Preto/SP	18	R\$ 97,25	R\$ 1.750,50
	TOTAL: 186		R\$ 97,25	R\$ 18.088,50

6. PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será feito por ordem bancária em conta corrente do fornecedor ou boleto, em **07 (sete) dias** após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal/DANFE, emitir uma nota fiscal para cada unidade de acordo com a tabela de entrega 5.6.1. e 5.6.2.;
- 6.2 O processo de pagamento será iniciado no Departamento de Nutrição e Dietética, com a fatura/nota fiscal apresentada pelo fornecedor;
- 6.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Página 17 de 30
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto – S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 1499777/01



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 7.2. Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato;
- 7.3. A empresa deverá apresentar comprovante de entrega das refeições em cada local designado;
- 7.4. A empresa vencedora deverá apresentar Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Município.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar as refeições contratadas estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições de conservação, armazenamento, temperatura e higiene;
- 8.2. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, **inclusive frete**;
- 8.3. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- 8.4. Substituir, na mesma hora, qualquer produto inadequado que houver fornecido;

9. FISCAIS DO CONTRATO

Fiscal titular: Juliana Gavinho de Matos Youle - Nutricionista

Fiscal substituto: Mariana de Souza Pallandri Riul - Nutricionista



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

	CON	IRATO Nº/	/ PROCES	SO N.º/
	FUND			RE SI CELEBRAM A 'DIA – FHSL E A
FHSL, Estado (13.370.183/00(por seu Dire 362.019.658-31	de São Paulo, 0189, dorava tor Administra 1), e	com sede à R ante denomina ativo MARCELO de outr	Rua Tamandaré, ada CONTRATA O CESAR CAI ro lado	TAL SANTA LYDIA - , n.º 434, CNPJ/MF NTE, representada RBONERI (CPF/MF: a Empresa, com, com
representante a vista a homol /), pe regida pela Lei tornam justo	no final assinado ogação do res ela autoridade d i Federal n.º : e pactuado d	o, doravante de sultado da Lic competente, pel 10.520/2002 e os direitos, ob	enominada CON itação (PREGÃ lo tipo de Licitaç Lei n.º 8.666	TRATADA, tendo em D PRESENCIAL Nº. ção de menor preço, /1993, mutuamente onsabilidades e as
CLÁUSULA PR	IMEIRA – DO	ОВЈЕТО		
			contrato	constitui-se
1.1 O conforme espe	objeto cificações e c conteúdo é pa	deste ondições const	tantes do pres	constitui-se , ente edital e seus o, independente de
1.1 O conforme espe anexos, cujo o	objeto cificações e c conteúdo é pa ressa.	deste ondições const erte integrante	tantes do pres	, ente edital e seus
1.1 O conforme espe anexos, cujo o transcrição expi CLÁUSULA SEO	objeto cificações e c conteúdo é pa ressa. GUNDA – DA \	deste ondições constante integrante /IGÊNCIA	tantes do pres deste contrato	, ente edital e seus
conforme espe anexos, cujo o transcrição expi CLÁUSULA SE 2.1 O início da assinatura. 2.2 O prazo de	objeto cificações e conteúdo é paressa. GUNDA - DA N execução do vigência contra	deste ondições constarte integrante /IGÊNCIA objeto do cont	tantes do pres deste contrato rato se dará de	ente edital e seus o, independente de e forma: imediata a

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

- 3.1 O valor total estimado do contrato, para o período de sua vigência, é de **R\$** (...).
- 3.2 Nesse valor estão inclusos e previstos todos e quaisquer encargos inerentes ao cumprimento integral do objeto contratual, tais como tributos, despesas com transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários do pessoal envolvido no fornecimento, bem como custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, despesas com refeições e transporte, e todos e quaisquer outros encargos que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do fornecimento

Página 19 de 30 FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA



objeto, ainda que não expressamente indicados aqui, mas inerentes ao seu cumprimento, de tal sorte que o valor proposto será a única e integral remuneração a ser paga em contraprestação ao cumprimento integral do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO CUSTEIO

4.1 As despesas decorrentes com a prestação de serviços para Fundação Hospital Santa Lydia correrão por verbas próprias, referente aos produtos destinados ao Hospital Santa Lydia, bem como oriundos do Convênio nº 48/2016, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria da Saúde, e a Fundação Hospital Santa Lydia.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

5.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões e os acréscimos que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), incidentes sobre o valor inicial do contrato, conforme § 1.º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- 6.1 A Fundação Hospital Santa Lydia FHSL efetuará o pagamento por ordem bancária ou extraordinariamente pela Tesouraria, _____ dias, após a prestação dos serviços objeto da licitação, devidamente atestado pelo setor requisitante, mediante a apresentação da documentação fiscal pertinente.
- 6.2 Além da emissão das notas fiscais decorrentes deste pacto, o pagamento dependerá do visto da autoridade responsável por acompanhará toda a execução do contrato, direta ou indiretamente por meio de seus subordinados.
- 6.3 O pagamento observará a execução contínua do serviço, sendo efetuada na forma do item 6.1.
- 6.4 Os valores contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando--se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) acumulado do período.
- 6.5 Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 6.6 O CONTRATANTE deverá assegurar que os preços reajustados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.
- 6.7 Será considerada como data de início dos efeitos financeiros do reajuste a data de aniversário do reajuste anterior ou, se as partes assim o convencionarem, uma data subsequente.
- 6.8 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- 6.9 Antes de efetuar o pagamento, o CONTRATANTE reterá, na fonte, o Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para



Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos do art. 64 da Lei n.º 9.430/1996.

- 6.10 Se a CONTRATADA for uma microempresa ou empresa de pequeno porte, houver optado pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006 (Simples Nacional) e apresentar uma declaração ao CONTRATANTE, ficará dispensada das retenções previstas no item anterior, conforme dispuser as normas vigentes.
- 6.11 Se for dispensado das retenções de tributos na fonte, a CONTRATADA é obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de oitante pelo Simples Nacional, sob pena da aplicação de sanções contratuais e legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 A CONTRATADA compromete-se a executar o objeto contratado, com zelo e eficiência, diligenciando para a eficaz resolução dos problemas suscitados.
- 7.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.3 A CONTRATADA arcará com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do fornecimento desta contratação, sem exceção.
- 7.4 O não cumprimento de quaisquer obrigações pela CONTRATADA não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade do respectivo ônus.
- 7.5 CONTRATADA compromete-se a zelar pela saúde dos funcionários empregados na realização do fornecimento, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar de imediato, quando for solicitado, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação.
- 7.6 Se, em qualquer caso, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE, a CONTRATADA responderá integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 125 e s.s. do Código de Processo Civil.
- 7.7 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento exercitado pela CONTRATANTE.
- 7.8 O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste contrato por parte da CONTRATADA ensejará a sua imediata rescisão, sujeitando-a as multas contratuais e sanções legais, independentemente da apuração da responsabilidade civil e criminal, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do fornecimento.
- 8.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.



- 8.3 Assegurar o estrito cumprimento dos termos do contrato, do edital e seus anexos.
- 8.4 Manter o equilíbrio econômico--financeiro do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

- 9.1 O retardamento da execução do objeto contratual ou a execução defeituosa ou diversa da ajustada ou a fraude em sua execução, ou ainda comportamento de modo inidôneo, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, independente da rescisão contratual e indenização por perdas e danos.
- 9.2 Pelo atraso na prestação dos serviços, considerando as condições e o prazo de entrega definido, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do(s) produtos ou da prestação de serviço.
- 9.3 Ficam expressamente reservadas à CONTRATANTE as prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação civil e Lei 8.666/1993, especialmente no que tange às alterações contratuais, rescisão, fiscalização da execução e aplicação das sanções.
- 9.4 O não pagamento, por parte da CONTRATANTE, no prazo estipulado acrescerá ao custo da parcela em atraso o percentual de 1% (um por cento) de multa e 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso até o limite de 10% (dez por cento).
- 9.5 Por qualquer tipo de inexecução total ou parcial do contrato, poderá a FHSL aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as seguintes sanções administrativas:
 - a) Advertência, por ocorrência;
 - b) Multa de até 1% (um por cento), calculada sobre o valor global anual máximo do contrato, por mera ocorrência;
 - c) Multa de até 3% (três por cento) sobre o valor global anual máximo do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto ou de descumprimento de obrigação legal;
 - d) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global anual máximo do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e, se for o caso, descredenciamento do Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 9.6 A CONTRATANTE poderá, administrativamente, compensar os valores das sanções pecuniárias impostas na parcela de seu pagamento e, sendo o caso, descontada da garantia ofertada no caso de inadimplência. Na hipótese de os valores serem superiores aos da garantia, além da perda desta, a CONTRATADA deverá ofertar nova garantia, sob pena de rescisão do contrato.
- 9.7 Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO



10.1 O Foro competente para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 A presente contratação vincula-se, para todos os efeitos e fins de direito, ao antecessor edital de licitação e seus anexos, independente de sua transcrição e à proposta adjudicada da CONTRATADA, cujos termos integram o presente instrumento contratual, com força de cláusulas, como se aqui estivessem transcritas;
- 11.2 A presente contratação regula-se pelas suas cláusulas, pela Lei Federal n.º. 8.666/1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Ribeirão Preto/SP,	de		de	·	
CONTRATANTE					
CONTRATADA					
TESTEMUNHAS:					
1)		2)			



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da empresa)

Ilmo.(a) Senhor(a) Pregoeiro(a)
Pregão nº/
A empresa, com sede na Rua na cidade de,
Estado de CNPJ n º,
representada pelo(a) Sr.(a), credencia o(a) Sr.(a) portador(a)do RG e do CPF/MF,, para representá-la perante a Fundação Hospital Santa
Lydia - FHSL, no procedimento de licitação supra, podendo formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.
Declaro ciência de que será admitido apenas 1 (um) representante credenciado por licitante.
Declaro ciência de que o representante da licitante deverá apresentar-se para o credenciamento munido de documento de identidade civil com foto.
Junta-se a presente requerimento de credenciamento, documentos que comprovam a capacidade jurídica necessária para o ato:
 () Para o credenciamento de representante legal: Estatuto ou Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
() Para o credenciamento de procurador: procuração por instrumento público ou particular com reconhecimento de firma do outorgante, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhando do Estatuto ou Contrato Social devidamente registrado no qual conste a capacidade jurídica do mandante para a outorga.
Local e data.
Nome:
CPF/MF:
Cargo:



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ilmo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a)	
Pregão nº/	
A empresa	por meio de seu representante legal
(doc. anexo), inscrita no CNPJ sob n.º _	, com sede
à (rua av.)	, na cidade de
, Estad	o , nos termos do art. 4.º, VII,
da Lei 10.520/2002, declara para os plenamente os requisitos da habilitação es	
Sendo expressão da verdade subscrevon	ne.
Local e data.	
(nome do representante e da empresa lici	tante)

Página 25 de 30 FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(em papel timbrado da empresa)

Ilmo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a)	
Pregão nº/	
interessada em participar do Pregão Pr Santa Lydia - FHSL, declara, sob as pena art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/1993, en Ministério do Trabalho, no que se refer XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal	is da lei que, nos termos do inciso V do contra-se em situação regular perante o e à observância do disposto no inciso
Local e data.	
Assinatura do representante legal Nome: CPF/MF:	



ANEXO VI

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da empresa)

Ilmo(a) Senh	or(a) Pre	egoeiro((a)					
Pregão nº	_/							
DECLARO,	sob		penas		_ :	•		empresa pessoa
jurídica), CN	IPJ n.º					é m	icroem	npresa ou
empresa de p	pequeno	porte, i	nos termos	do enq	uadrame	ento prev	isto no	s incisos I
e II e §§ 1.	° e 2.°, I	oem co	mo não po	ssui qua	lquer do	s impedir	mentos	previstos
nos §§ 4.º e	seguinte	es todo:	s do artigo	3.º da	Lei Com	plementa	ar n.º	123/2006,
cujos termos	declaro	conhec	er na ínte	gra, est	ando ap	ta, porta	nto, a	exercer o
direito de pre	eferência	como	critério de	desem	pate e	comprova	r a re	gularidade
fiscal nos ter	-				_	-	•	
procedimento	licitatór	io supr	a, realizac	lo pela	Fundaçã	o Hospita	al Sant	a Lydia
FHSL.								
Local e data.								
Assinatura do	represe	ntante	legal Nome	2:				
CPF/MF:			5					
CFI/IMF.								



AVISO DE LICITAÇÃO FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA - FHSL

PREGÃO PRESENCIAL N.o: 060/2020. PROCESSO N.o: 207/2020. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de refeição para Ceia de Natal e Ano Novo, para atender as necessidades das unidades de saúde UPA Leste - Unidade de Pronto Atendimento Dro Luís Atílio Losi Viana, UBDS Central - Dr. João Baptista Quartin, UPA Norte - Unidade de Pronto Atendimento Nelson Mandela, UPA Oeste - Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e HMFA -Hospital Municipal Francisco de Assis, conforme especificações e quantidade detalhadas no termo de referência. Valor Estimado: R\$ R\$ 35.991,00 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais). DATA DA REALIZAÇÃO: A sessão pública de processamento ocorrerá no dia 07.12.2020 e terá início às **14h30**. INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: Departamento de Compras, Rua Tamandaré, 434 - Campos Elíseos, das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site http://www.hospitalsantalydia.com.br.



ANEXO VIII RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL (em papel timbrado da empresa)

Ilmo(a) Sennor(a) Pregoeiro(a)
Pregão Presencial nº/
A Empresa retirou o Edital de licitação do PREGÃO PRESENCIAL N.º/ Contratação de empresa para fornecimento de refeição para Ceia de Natal e Ano Novo, para atender as necessidades das unidades de saúde UPA Leste - Unidade de Pronto Atendimento Drº Luís Atílio Losi Viana, UBDS Central - Dr. João Baptista Quartin, UPA Norte - Unidade de Pronto Atendimento Nelson Mandela, UPA Oeste - Unidade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José Carneiro e HMFA - Hospital Municipal Francisco de Assis, conforme especificações e quantidade detalhadas no termo de referência e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail: ou pelo telefone/fax: ou pelo telefone/fax:
Local e data.
(Assinatura) Nome completo:
Cargo:



MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇO				
PROPONENTE	Inclu	Incluir o nome do titular da proposta neste campo		
CNPJ/CPF	Infor	mar o CNP	J ou CPF neste campo	
RESPONSÁVEL LE	GAL		Indicar o responsável legal neste campo	
CPF/MF			Informar o CPF do responsável legal neste campo	
ENDEREÇO	Infor		ereço completo, incluindo CEP e complemento neste	
TELEFONE				
E-MAIL OFICIA	\L	Informar	o endereço de e-mail neste campo	
DADOS BANCÁRIOS Informar o endereço d			o endereço de e-mail neste campo	
ОВЈЕТО	de N de s Atílio Nort Oes Carn confo	atal e Ano aúde UPA Losi Vian t e - Unida t e - Unid eiro e H	e empresa para fornecimento de refeição para Ceia Novo, para atender as necessidades das unidades Leste – Unidade de Pronto Atendimento Dro Luís a, UBDS Central - Dr. João Baptista Quartin, UPA de de Pronto Atendimento Nelson Mandela, UPA ade de Pronto Atendimento Prof. Dr. João José MFA - Hospital Municipal Francisco de Assis, ecificações e quantidade detalhadas no termo de 30 (trinta) dias.	
CONDIÇÕES				
Preço por Pessoa	Inforr	nar neste ca	mpo o valor da proposta	
Preço Total	Inforr	Informar neste campo o valor da proposta		

A validade da prope apresentação.	osta é de 60	(sessenta) dias,	contados a partir da da	ita de sua
Ribeirão Preto,	de	de	_•	
Assinatura do respo	onsável pela	proposta		